

Pensando o fim da Idade Média: a longa Idade Média de Le Goff e a colonização da América de Baschet

Ana Carolina Almeida

Pensar o fim da Idade Média implica uma avaliação sobre a forma como esse período da História foi visto pela historiografia. Porém, isso traz um problema historiográfico, pois o fim da época medieval variou, historicamente, e continua a variar em função da concepção que os historiadores têm da própria História como disciplina, bem como da natureza dos objetos estudados.

Foi no contexto do Humanismo italiano que, provavelmente, pela primeira vez, Petrarca referiu-se à Idade Média por meio da noção de *medium tempus*, literalmente, “época intermediária”¹. Na origem, existiam dois sentidos para esse uso da Idade Média. Para os humanistas, havia uma preocupação filológica, pois consideravam que os medievais, devido à sua “ignorância”, tinham realizado “terríveis” modificações lingüísticas no latim. Além dessa utilização, existiu um uso religioso, pois os críticos do Papado afirmavam que a Igreja medieval teria deturpado o valor da mensagem de Cristo, porque tinha se apegado a valores mundanos e materiais. Em ambos os casos, a Idade Média era definida cronologicamente entre a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, e o século XV – apesar de Petrarca ter usado o termo no sentido pejorativo ainda no século XIV.

Tal referência pejorativa espalhou-se pela Europa entre os séculos XVI e XVII, contribuindo para reforçar a tese de que teria existido uma ruptura abrupta, entre os séculos XIV e XV, responsável por engendrar novos tempos. Além disso, reduzia-se o período medieval a uma noção de obscurantismo, literalmente, a um período de trevas. Essa forma de representar a Idade Média foi, praticamente, unânime até às vésperas da Revolução Francesa.

Adélaïde du Guesclin, obra cuja ação se desenvolve na corte de Carlos VII, foi ironicamente escrita em 1734 por Voltaire. A forma como esse autor, um dos mais veementes críticos da Igreja medieval, construiu a sua trama não necessariamente

¹ Quanto às primeiras referências à Idade Média. Cf. AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Vol. I. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002, pp. 537-551, p. 537.; GUERREAU, Alain. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático...* op. cit., Vol. I, pp. 437-455, p. 437. Ver também a bibliografia citada por esses autores.

implicava em um juízo pejorativo sobre o século XV. Nascia assim, uma visão mais neutra sobre a Idade Média, porém isso não alterou os limites cronológicos do período. Em 1805, o sucesso de *Templiers* de Raynouard representou o coroamento da corrente neoclássica, bem como o nascimento de uma visão otimista sobre o medievo.

Com Michelet, na França, e Alexandre Herculano, em Portugal, nascia, no século XIX, a noção de Idade Média como representando o passado nacional, ou seja, anterior à emergência do Estado. Teria existido um período em que não houve Estado, caracterizado pela queda do poder imperial até o surgimento das monarquias nacionais entre os séculos XIV e XV. Apesar de não ter um sentido pejorativo, por conceber a política pautada na idéia de Estado-Nação, retirava-se do medievo qualquer dimensão política.²

Amalvi, no verbete Idade Média, do *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, sustentou que esse período “não existia”.

A Idade Média não existe. Este período de quase mil anos, que se estende da conquista da Gália por Clóvis até o fim da Guerra dos Cem Anos, é uma fabricação, uma construção, um mito, quer dizer, um conjunto de representações e de imagens em perpétuo movimento, amplamente difundidas nas sociedades, de geração em geração, em particular pelos professores do primário, os ‘hussardos negros’ da República, para dar à comunidade nacional uma forte identidade cultural, social e política.³

Obviamente, o autor não negou a existência do medievo como período histórico. Na verdade, apontou que, desde a primeira vez em que foi usado esse nome até o século XX, o período tinha sido visto “de fora”, ou seja, a partir de concepções contemporâneas totalmente estranhas ao mundo medieval. Por isso, duramente muito tempo, a Idade Média abrangia temporalmente um período de cerca mil anos caracterizados por sua “excentricidade”. Pouco se fazia para compreender tal época.

² Cf. SILVA, Marcelo Cândido. *A realeza cristã na Alta Idade Média: Os fundamentos da autoridade política no período merovíngio (séculos V-VIII)*. São Paulo: Alameda, 2008. Ao estudar as concepções políticas sobre a realeza da alta idade média, destacou como a tradição historiográfica não vislumbrava a possibilidade de um estudo sobre a história política para a alta Idade Média. Ao discutir a oposição entre os termos “cristão” e “público”, define a experiência política da alta idade média.

³ AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático...* op. cit., p. 537.

Apenas no século XX, por meio da renovação da História Social engendrada por Marc Bloch, pautada no diálogo com as outras ciências sociais (a Sociologia, a Etnologia e, principalmente, a Antropologia) é que, ao mesmo tempo em que eram repensados estudos sobre o medievo, ocorreu um movimento no sentido de discutir os limites temporais dessa época. Um marco da revisão cronológica da Idade Média foi a publicação, em 1924, de *Os Reis Taumaturgos*⁴. O livro, devido ao tema da “História do milagre da cura das escrófulas” na França e na Inglaterra, demonstrou como determinados aspectos do maravilhoso monárquico colocavam-se como um problema de longa duração, afinal, na França do século XVIII, “vê-se que a antiga afluência popular não diminuirá”⁵, pois ainda se procurava o rei para tocar nas escrófulas.

Segundo Amalvi, com *Os Reis Taumaturgos*, esboçava-se a História das Mentalidades que, aplicada à História Medieval, conduziria a uma “revolução cultural” introduzida pela fundação da revista dos *Annales* por Lucien Febvre e Marc Bloch em Estrasburgo, em 1929. Assim, iniciar-se-ia, de forma sistemática, um movimento crítico em relação aos mitos românticos da Idade Média, ao mesmo tempo em que a sua cronologia iria, aos poucos, ser modificada pela noção de “longa duração” de Fernand Braudel⁶, que foi justificada por esse autor em um artigo de 1958.⁷

Embora o tema da longa duração tenha sido aprofundado por Braudel em dois trabalhos⁸, em ambos os textos, deixou claro a influência de Marc Bloch. Além disso, como ressaltou Jean-Claude Schmitt, para descrever o ambiente de pesquisa do GAHOM nos anos 80 do século XX,

⁴ BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio*. França e Inglaterra. São Paulo: Cia. das Letras, 1998. A primeira edição francesa é do ano de 1924. Utiliza-se e remete-se para a edição brasileira citada, na qual há também a tradução do prefácio de Jacques Le Goff, que foi publicado na edição francesa da Gallimard em 1987.

⁵ Ibidem, p. 259.

⁶ Cf. AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático...* op. cit., pp. 547-548.

⁷ Cf. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: A Longa Duração. In: Ibidem. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 41-77. A primeira edição desse artigo foi, em 1958, na revista dos *Annales E.S.C.*. Destaca-se que esse artigo também influenciou Le Goff, nos anos 80, a propor a sua tese sobre uma “longa Idade Média”.

⁸ Cf. BRAUDEL, Fernand. *La méditerranée: et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: A. Colin, 1990. A primeira edição foi de 1949.; Idem. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: Ibidem. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 41-77. A primeira edição desse artigo foi, em 1958, na revista dos *Annales E.S.C.*.

[...] pour ceux qui l'écoutent (Jacques Le Goff) alors, l'effet de miroir est manifeste. La référence à **Marc Bloch est quasi permanente**, pour la grande leçon de méthode de *l'Apologie* et l'intuition pionnière de l'anthropologie historique : *Les Rois thaumaturges* toujours invoqué comme le grand modèle, que seule une réserve sur la conclusion concernant 'l'erreur collective' qui aurait soutenu la croyance séculaire au miracle.⁹

Da procura popular pelo rito de cura das escrófulas na França do século XVIII até a Idade Média no México, há de se considerar a influência dos *Os reis taumaturgos* em várias gerações. Isso não quer dizer que a longa Idade Média dos historiadores da segunda metade do século XX seja idêntica à longa duração proposta por Marc Bloch.¹⁰ Na verdade, a relevância do livro de Marc Bloch está nas novas possibilidades de pesquisa trazidas por seu livro.

Das contribuições trazidas pelos *Annales*, certamente, aquelas ligadas aos sistemas de representação do medievo foram as que mais produziram modificações na forma como a historiografia via o fim da Idade Média. Seria nesse campo que os historiadores considerados como a terceira geração dos *Annales*, dentre os quais Jacques Le Goff, iriam ultrapassar as propostas dos *Annales* e promover um novo campo de reflexão, pautado na multiplicidade de objetos. A ampliação dos objetos de pesquisa associada às discussões sobre as temporalidades, com base na idéia de Braudel, serviram de fundamento para Le Goff formular a sua "longa Idade Média", que ganharia corpo a partir dos anos 80 do século XX. O próprio Le Goff advertiu que a sua noção de "longa Idade Média" nasceu da noção de "longa duração" de Braudel. Mas, como sublinhou Jacques Revel¹¹, Le Goff ultrapassou o conceito de Braudel.

Il a dit, à plusieurs reprises, ce qu'il devait à la conception braudélienne de la 'longue durée'. N'est-il pas lui-même, après tout, l'inventeur de ce 'long Moyen Âge' qui a duré depuis le II^e ou le III^e siècle de notre ère pour mourir lentement sous les coups de la Révolution industrielle. [...]

⁹ SCHMITT, Jean-Claude. Séminaire. In : REVEL, Jacques ; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *L'ogre historien* : autour de Jacques Le Goff. Paris : Gallimard, 1998, pp. 17-32, p. 19. Destaque.

¹⁰ Para se ler uma análise sobre a evolução desse conceito junto à historiografia. Cf. REVEL, Jacques. *L'homme des Annales?* In: REVEL, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *L'ogre historien*: autour de Jacques Le Goff. Paris: Gallimard, 1998, pp. 33-54.

¹¹ Ibidem, p. 47.

[...] Notre auteur a bien entendu la leçon de la longue durée. Il l'a assimilée, **mais il n'en est pas resté là**. Fernand Braudel avait mis en valeur, dès la *Méditerranée*, la complexité du temps social.¹²

Apesar de Revel não ter explicitado a concepção de Braudel, acredita-se que a noção de “longa duração” deste autor estivesse vinculada ao tempo das mentalidades.¹³ Afinal, ao discutir as relações econômicas entre os séculos XV e XVIII, Braudel sustentou que houve uma ruptura significativa em relação ao período medieval.¹⁴ Tal defesa baseou-se no conceito de “economia-mundo”¹⁵ com o qual sustentou parte das argumentações do 3º volume dessa obra. O autor usado por Braudel para sustentar a idéia de “economia-mundo” foi Immanuel Wallerstein, para quem o surgimento de uma “economia-mundo” na Europa ocorreu apenas no século XVI. Embora Braudel utilize tal conceito, preferiu, com base no marxismo, sustentar que capitalismo europeu começou na península Itálica no século XIII. Braudel apontava para o sentido de que determinados temas, sobretudo, aqueles ligados às mentalidades, deveriam ser vistos como objetos de estudos em longa duração, porque as modificações mentais eram mais lentas do que as modificações econômicas.

Assim, de um modo geral, quer entre os marxistas quer entre os historiadores da História Econômica, o final da Idade Média deveria ser relacionado ao momento em que o capitalismo começou a dar os seus primeiros sinais. Logo, segundo essa perspectiva, para os marxistas, o final da Idade Média seria datado a partir da crise do sistema feudal, portanto, entre os séculos XIV e XV. Um dos expoentes da historiografia marxista a adotar tal perspectiva foi Perry Anderson¹⁶, cuja argumentação propõe que o fim da Idade Média estaria relacionado ao surgimento do Estado Absolutista, que deve ser visto como um “arranjo” de forças entre a

¹² Ibidem, p. 47. Destaque.

¹³ LE GOFF, Jacques. As Mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 68-83. A primeira edição francesa é de 1974. Le Goff escreveu nesse artigo “A mentalidade é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão da história”. Ibidem, p. 72. Para ler uma análise sobre as origens da História das Mentalidades. Cf. ARIÈS, Philippe. A História das Mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp.153-176.

¹⁴ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV – XVIII: O tempo do mundo*. Vol. III. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

¹⁵ WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

¹⁶ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995. A primeira edição em inglês é de 1974.

nobreza e a burguesia em um momento de transição do feudalismo para o capitalismo.

Na verdade, no que pesem as polêmicas em torno da função da burguesia e do grau de desenvolvimento do capitalismo, a argumentação de Perry Anderson estava relacionada a autores de tradições historiográficas distantes do marxismo, como, por exemplo, a tradição História Institucional, representada por Otto Hintze¹⁷, vinculada ao desenvolvimento da burocracia estatal como uma marca importante. Mais recentemente, autores como, por exemplo, António Manuel Hespanha, que também se vincula ao estudo das instituições do Estado, continuaram a defender uma relação entre a emergência do Estado Moderno¹⁸ e o fim da Idade Média em torno do final do século XV e início do XVI.

Ainda em relação ao marxismo, destaca-se o fato de que os limites cronológicos da Idade Média foram propostos em função da noção de modo de produção e da “ausência de comércio”. Na verdade, a historiografia marxista tendeu a apresentar o medievo, em termos cronológicos, com base na tese de Henri Pirenne¹⁹, que não era marxista. Assim, a Idade Média nasceria entre 650 e 750 devido à expansão do Islamismo e iniciaria o seu fim com o “renascimento comercial” do século XI, que, ao longo da Baixa Idade Média (XI-XV), dissolveria o modo de produção feudal. A crise de modo de produção feudal, entre os séculos XIV e XV, marcaria o fim do medievo e o início da “transição” cujo resultado seria o nascimento do capitalismo²⁰.

Apesar das polêmicas, certamente, foi o movimento historiográfico da Nova História, a partir dos anos 70 do século XX, o responsável por alterar significativamente os limites cronológicos da Idade Média. Porém, apenas nos anos 80, Le Goff, ultrapassando o tempo lento das mentalidades de Braudel, iria consolidar a sua idéia de uma “longa Idade Média”.

¹⁷ Cf. HINTZE, Otto. *Feodalité, capitalisme et état moderne*. Paris: Maison Sciences, 1991.; Idem. *Historia de las formas políticas*. Madrid: Ediciones de Revista de Occidente, 1968.

¹⁸ HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições – Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.

¹⁹ PIRENNE, Henry. *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, s.d., p. 108. Além disso, ao contrário dos compêndios de história dos anos 30 do século XX, propôs que a unidade do império romano não fora fragmentada com as chamadas invasões “bárbaras”, mas sim com a expansão do islã entre 650 e 750. Tal contexto teria gerado as condições políticas e econômicas para a ascensão de Carlos Magno.

²⁰ Para maiores detalhes sobre a forma de delimitar cronologicamente a Idade Média no âmbito do marxismo. Cf. RODNEY, Hilton; DOBB, Maurice et ali. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. São Paulo: Paz e Terra, 5ª ed., 2004.; DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 8ª ed., 1981. A primeira edição desse livro ocorreu em 1946.

Em uma série de artigos publicados entre 1980 e 2004 na revista *L'Histoire*²¹, Jacques Le Goff apresentou os detalhes da sua ideia de um longo período medieval. Ao mesmo tempo, a leitura dos artigos demonstra em quais aspectos a “longa Idade Média” se aproxima e se distancia da “longa duração” de Braudel.

Le Goff insistiu no fato de que o Renascimento do século XVI representou mais um dos renascimentos pelos quais a Idade Média passou desde o Renascimento Carolíngio. Além disso, retomou a argumentação sobre o fato de que o medieval, na maior parte do tempo, tinha sido vista de forma negativa pelos historiadores. Para Le Goff, as luzes surgidas, partir do final do século XVI, faziam parte da Idade Média. Por isso, criticou as visões pejorativas sobre esse período histórico. Para que a sua “longa Idade Média” chegue ao fim

é preciso esperar o fim do século XVIII para que a ruptura se produza: a revolução industrial na Inglaterra, depois a Revolução Francesa nos domínios político, social e mental trancam com chave o fim do período medieval. A Idade Média se situa entre uma lenta mutação, que judiciosamente de algum tempo para cá se chama de ‘Antigüidade tardia’, denominação melhor do que Alta Idade Média (aquela que começa mais tarde, por volta dos séculos de VI a VIII), e uma revolução no fim do século XVIII. Entretanto, como a história conserva sempre uma parte de continuidade, fragmentos da Idade Média sobrevivem durante o século XIX.²²

Além disso, parte da sua argumentação foi construída com base em uma crítica à pesquisa de Burckhardt, especialmente, o livro *A cultura do Renascimento na Itália*.²³ Em uma publicação anterior, de 2003²⁴, Le Goff destacava que Burckhardt concebia a Idade Média como um período de trevas, porque deu importância, uma importância mesmo exemplar, à península Itálica. Le Goff afirma que

[...] les changements ne se font jamais d'un coup, dans tous les secteurs et dans un seul lieu. Voici pourquoi j'ai parlé d'un *long Moyen Age*, un Moyen Age qui – dans certains aspects de notre

²¹ Esses artigos foram reunidos e publicados em LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. A edição francesa é de 2006.

²² Ibidem, pp. 14-15.

²³ Cf. BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. O título original do livro é *Die Kultur der Renaissance in Italien: Ein versuch* e sua primeira edição é de 1860.

²⁴ LE GOFF, Jacques. Un long Moyen Âge. In: Ibidem. *À la recherche du Moyen Âge*. Paris: Éditions Louis Audibert, 2003.

civilisation – perdure et, parfois, s'épanouit bien au-delà des dates officielles. De même en économie, ne peut-on parler de marché avant la fin du XVIII^e siècle. L'économie rurale n'est capable de faire disparaître la famine qu'au XIX^e siècle (sauf en Russie). Le vocabulaire de la politique et de l'économie ne change définitivement – signe du changement des institutions, des modes de production et des mentalités qui correspondent à ces changements – qu'avec la Révolution française et la Révolution industrielle. C'est aussi le moment de l'aboutissement de la construction d'une science qui n'est plus médiévale (Galilée, Harvey, Newton, etc...).²⁵

Através de um programa de pesquisa coletivo, Jacques Le Goff, durante os anos 80 até a sua aposentadoria, em 1992²⁶, relacionou-se com grupo de historiadores que, em maior ou menor grau, deu continuidade a sua discussão sobre a extensão da Idade Média para além do Renascimento do século XVI. Na realidade, autores, como, por exemplo, Michel Pastoureau, Alain Guerreau, Jérôme Baschet e Jean-Claude Schmitt, a partir dos anos 80, sobretudo, da década de 1990, ampliaram os temas de investigação propostos por Le Goff, analisando problemas históricos que se inserem, em maior ou menor grau, na longa Idade Média.

Em relação a Michel Pastoureau²⁷, ao discutir os problemas em torno do estudo das cores, destacou que

[...] tout au long du Moyen Age, le noir et le blanc ont été considérés comme des couleurs à part entière (et même comme des pôles forts de tous les systèmes de la couleur); que le spectre et l'ordre spectral des couleurs sont inconnus avant les découvertes de Newton, dans la seconde moitié du XVII^e siècle; que l'articulation entre couleurs primaires et couleurs complémentaires émerge lentement au cours de ce même siècle et ne s'impose vraiment qu'au XIX^e.²⁸

O pioneirismo das investigações desse autor em relação às cores na Idade Média, de certo modo, dá continuidade, por meio do objeto de estudo, as cores, à tese de Le Goff sobre a existência de aspectos na cultura ocidental que se prolongam para além da Idade Média tradicional (V-XV).

²⁵ Ibidem, pp. 50-51.

²⁶ Para maiores informações sobre a forma como esse historiador organizava as suas pesquisas em seus seminários, bem como o grupo de historiadores com qual dialogava. Cf. SCHMITT, Jean-Claude. Le séminaire. In: REVEL, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *L'ogre...* op. cit., pp. 17-32, p. 28 et seq.

²⁷ PASTOUREAU, Michel. *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*. Paris: Seuil, 2004.

²⁸ Ibidem, p. 119.

Em relação à pesquisa de Alain Guerreau²⁹, além de fazer duras críticas à historiografia dedicada à Idade Média, sustenta que a maior parte das pesquisas sobre esse período representa uma visão equivocada. Para ele, o final da Idade Média só ocorreu, no século XIX, através de uma dupla fratura conceitual, que conseguiu implodir a *ecclesia* e o *dominium*, que eram as bases do feudalismo, da sociedade medieval.

Como, a partir do século XIX, as concepções de religião e de economia, nascidas no Iluminismo, passaram a ser usadas para analisar a Idade Média, criou-se um problema. Tais concepções, totalmente estranhas ao mundo medieval, levaram os autores a apresentarem que não existiam para a Idade Média. Por essa razão, temas que marcaram os estudos sobre o período medieval e, em especial o feudalismo, tiveram suas origens no século XIX.

Jean-Claude Schmitt, cujas pesquisas sobre a Idade Média estão vinculadas aos gestos e às imagens³⁰, a partir de 2006, elaborou publicações que, evidentemente, estão relacionadas aos estudos da iconografia, mas trazem também uma problematização sobre temas que transcendem os limites cronológicos do medievo.

Em um artigo³¹ de 2007, que analisa a invenção do aniversário no Ocidente, Schmitt apresentou mais um problema de longa duração, estudado por meio de uma autobiografia de Marthäus Schwarz sobre o seu vestuário, que foi produzida no início do século XVI. Através de uma série de pinturas, realizadas, entre a vida adulta até a velhice, no dia do nascimento de Marthäus Schwarz, Schmitt estudou o interesse de Schwarz sobre o seu próprio aniversário. Até então, nenhum estudioso havia percebido isso. Evidentemente, como o próprio autor escreveu, *a priori*, o aniversário era compreendido como um pequeno rito pessoal e familiar desprovido do fausto das cerimônias públicas. Por isso, existem poucos trabalhos dedicados à temática em questão.³²

No artigo, Schmitt tentou discutir a relação entre o ritmo de uma vida individual e a sua relação com o ritmo social. A questão de fundo do artigo dizia

²⁹ Cf. GUERREAU, Alain. *Le féodalisme, un horizon théorique*. Paris: Papyrus, 1980.; Idem. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático...* op. cit., Vol. I, pp. 437-455.

³⁰ SCHMITT, Jean-Claude. *La raison des gestes dans l'Occident médiéval*. Paris: Gallimard, 1990.

³¹ Idem. L'invention de l'anniversaire. *Annales Histoire, Sciences Sociales*. Paris: EHESS, Année 62^e, n^o 4, pp. 793-835, juillet-août 2007.

³² Cf. Ibidem, p. 794, nota 6, na qual foram citados alguns autores preocupados esse assunto.

respeito à compreensão de que os fatores que impediram o desenvolvimento da idéia de aniversário na Idade Média passa pelo entendimento do significado litúrgico de *anniversarium* ou mesmo de *dies natalis*. Em ambos os casos, o significado é o de dia do “verdadeiro” nascimento, cujo sentido era a comemoração da morte, que abria o caminho para a salvação eterna. Assim, inicialmente, a “comemoração do aniversário” fazia parte do serviço litúrgico, pois havia a preocupação de inscrever o nome dos mortos para que os monges fizessem uma série de orações em sua *memoria*. O próprio pensamento medieval sobre a função da morte era um obstáculo ao surgimento da ideia atual de aniversário, cuja lógica é a de marcar o acúmulo de anos, ignorando a morte. Na Idade Média, era a morte que interessava e não uma maior permanência no mundo. No artigo, Schmitt concluiu que apenas no século XIX foi possível perceber o surgimento da concepção atual de aniversário.

Certamente, dos medievalistas que foram influenciados pela idéia de longa Idade Média de Le Goff, o que mais aprofundou essa idéia foi Jérôme Baschet³³. Ele, tomando como paradigma Alain Guerreau, sustentou que a posição dominante da Igreja e a relação de *dominium* são as principais marcas da civilização feudal. No entanto, Baschet partiu dessas características para analisar a colonização espanhola na América, em especial, no México. O próprio Le Goff corroborou as argumentações de Baschet.

[...] sejam quais forem as diferenças entre a Europa medieval e a América colonial do século XVI, o essencial do feudalismo medieval volta a ser encontrado na América: o papel dominante e estruturador da Igreja; o equilíbrio da tensão entre monarquia e aristocracia modifica-se, sem que se rompa, no entanto, a lógica feudal; as atividades cada vez mais importantes dos homens de negócios, comprometidos com o comércio atlântico ou com a exploração dos recursos minerais e agrícolas do mundo colonial, permanecem dentro dos marcos corporativos e monopolistas tradicionais, e estes homens seguem orientado seus ganhos para a propriedade da terra e a aquisição do estatuto de nobre. No entanto, Baschet aceitaria sem emendas a expressão ‘feudalismo tardio e dependente’, dado que ela mantém, mesmo admitindo certas especificidades do feudalismo colonial americano, o essencial da referência ao feudalismo, e dado que se trata de um mundo cuja lógica é completamente alheia à nossa.³⁴

³³ LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006. A edição francesa é de 2004.

³⁴ LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: *Ibidem*, p. 18.

Tal como Le Goff transcendeu o conceito de “longa duração” de Braudel, pode-se dizer que, em diversos aspectos, Baschet também rompeu e foi além com o conceito de “longa Idade Média” de Le Goff uma vez que trouxe a Idade Média para o Novo Mundo.

Tratando sobre o motivo de estudar a Idade Média na América, o autor relaciona o fim da Reconquista e a Conquista para o Oeste, as navegações em busca de uma nova rota para as Índias com o prolongamento das estruturas medievais na América. Para ele, esses dois movimentos, acrescentados da expulsão dos judeus, estão relacionados a um mesmo empreendimento de solidificação da unidade cristã, do qual os Reis Católicos desejavam liderar. Assim, a Reconquista e a Conquista são dois movimentos de um mesmo projeto de consolidação e de expansão do cristianismo. Baschet ressalta que a escolha, por parte dos conquistadores, de Santiago Matamoros como santo padroeiro e protetor é um outro indício da continuidade. “É verdade que a Conquista deve ser compreendida em decorrência da luta simultânea contra o islã e, particularmente, contra o perigo otomano, que preocupa então os soberanos hispânicos ainda mais do que as Índias (...).”³⁵ Dessa forma, a Conquista é uma continuidade da Reconquista.

O historiador resume a dois os objetivos da Conquista “(...) um material (do qual o ouro é o símbolo) e outro espiritual (a evangelização); ou, ainda, um político (a glória do rei) e outro religioso (a glória de Deus).”³⁶ O objetivo material não se contrapunha ao objetivo espiritual na medida em que o ouro seria utilizado para expandir a cristandade, para realizar uma cruzada para expulsar os turcos otomanos de Jerusalém. O autor também aponta para os valores e a visão de mundo medieval dos conquistadores e ressalta a figura de Colombo³⁷, que pensou ter encontrado o paraíso terrestre e morreu acreditando que tinha chegado à Ásia.

Além do pensamento, Baschet afirma que

Muitas das instituições essenciais da organização colonial são retomadas mais ou menos diretamente da Europa medieval. Discute-se para definir em que medida a *encomienda* está ligada às instituições feudais. Quanto à Igreja, cujo papel na estruturação da

³⁵ BASCHET, Jérôme. *A civilização...* op. cit., p. 27.

³⁶ *Ibidem*, p. 29.

³⁷ Sobre Colombo, cf. TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

dominação colonial é tão fundamental, teríamos dificuldade de encontrar muitas diferenças com a Igreja Romana medieval.³⁸

Ainda como semelhanças, há o importante papel das ordens mendicantes, a presença do culto dos santos e das imagens na conquista e na conversão dos índios, a universidade (a Universidade do México foi criada em 1551 e possuía os estatutos da Universidade Salamanca, que são do século XIII), a organização das cidades tal como as das novas cidades européias do século XIII e as instituições comunais oriundas da Europa (por exemplo, o *alcalde*, funcionário municipal).

Baschet critica a idéia de “*herencia medieval de México*”³⁹, sustentada por Luís Weckmann porque tal noção pode levar a uma busca obsessiva pelas origens, que Bloch denunciou, e à comparação dos elementos similares entre a sociedade medieval e a sociedade colonial, gerando apenas um grande inventário. Embora este seja composto por muitos dados, não permite uma compreensão profunda do México colonial e do mundo medieval, nem da dinâmica histórica que os une. Uma verdadeira comparação, afirma Baschet, deve levar em conta as semelhanças e as diferenças e tem que estar baseado em uma visão integral da lógica de conjunto das sociedades a serem comparadas. O historiador também critica que Weckmann opõe Idade Média à Modernidade e defende a idéia de que a Espanha estava atrasada, ainda era medieval enquanto que o Renascimento se desenvolvia em toda a Europa. Ele recusa essa visão de uma Espanha atrasada e, dentre outros elementos, afirma que, em o *Príncipe*, Maquiavel tomou como modelo o rei Fernando de Aragão. Por isso, o autor sustenta que se deveria rejeitar o rompimento entre Idade Média e Renascimento. Segundo Baschet, “Pode-se, ao menos, sugerir que é duvidoso que se chegue a uma leitura satisfatória da Conquista enquanto não se esteja livre da visão convencional do milênio medieval como um contraponto que valoriza a modernidade.”⁴⁰

O autor afirma que

Com a Conquista, é o mundo medieval que toma pé deste lado do Atlântico, de modo que é apenas um pouco exagerado afirmar que a Idade Média constitui a metade das raízes históricas do México. (...). Uma visão histórica mais global deveria, inevitavelmente, reconhecer o peso de uma dominação colonial surgida da dinâmica ocidental,

³⁸ BASCHET, Jérôme. *A civilização...* op. cit., p. 30.

³⁹ *Ibidem*, p. 31.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 32.

que conduz à transferência e à reprodução de instituições e de mentalidades européias, mas sem ignorar que uma realidade original, irredutível a uma repetição idêntica, toma forma nas colônias do Novo Mundo.⁴¹

Para Baschet, apesar das diferenças entre as várias regiões da Europa, havia unidade e homogeneidade na cristandade. Assim, a história do México não tem a ver apenas com a história da Espanha, mas, sim, com a história da cristandade medieval.

Finalmente, o historiador sustenta que

Defender-se-á, aqui, a idéia de que a conquista e a colonização não são ações de uma sociedade européia liberada do obscurantismo e do imobilismo medievais e já inseridas na modernidade. São muito mais o resultado de uma dinâmica de crescimento e de expansão, de uma lenta acumulação de progressos técnicos e intelectuais, próprios aos séculos medievais e dos quais o momento mais intenso toma forma por volta do ano mil.⁴²

E é essa expansão que levará ao descobrimento da América.

Enfim, discutir a relação da historiografia com o final do medievo é, na realidade, aprofundar o estudo sobre os novos objetos que vêm se multiplicando desde a década de 1970 os quais induzem uma nova discussão sobre os limites cronológicos da Idade Média. No entanto, apesar de ter sido enfatizado a expansão cronológica desse período, é importante considerar que, mesmo entre os medievalistas atuais, sobretudo, entre aqueles ligados à História da Igreja, como, por exemplo, Guy Lobrichon, há grande resistência ao prolongamento da Idade Média para além do século XVI⁴³. Segundo tais historiadores, a Reforma Protestante deve ser vista como uma grande ruptura, uma vez que produziu modificações profundas na Igreja e também forçou tal instituição a lidar com a existência de outras Igrejas, rompendo assim um dos pressupostos da Igreja medieval, ou seja, o da sua inserção universalista. Cabe destacar ainda que, a partir dos séculos XV e XVI, com o surgimento dos Estados, nasceu também uma outra modificação importante – a noção de Igreja nacional, a partir de então, o Papado teve que “respeitar” algumas

⁴¹ Ibidem, p. 32.

⁴² Ibidem, p. 33.

⁴³ Cf. LOBRICHON, Guy. *La Bible au Moyen Âge*. Paris: Picard, 2003. Especialmente, nas páginas 237-238, nas quais, demonstram-se os indícios do final da Idade Média na passagem do século XV para o XVI por meio do pensamento reformador.

imposições das monarquias, como, por exemplo, restrições no campo da justiça, que, se comparado ao período anterior, eram “novidades” com as quais a Igreja foi obrigada a lidar.

Referência Bibliográfica:

AMALVI, Christian. Idade Média. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Vol. I. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002, pp. 537-551.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARIÈS, Philippe. A História das Mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp.153-176.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo séculos XV – XVIII: O tempo do mundo*. Vol. III. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. História e Ciências Sociais: A Longa Duração. In: *Ibidem. Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 41-77.

_____. *La méditerranée: et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: A. Colin, 1990.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 8ª ed., 1981.

GUERREAU, Alain. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Vol. I. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002, pp. 437-455.

GUERREAU, Alain. *Le féodalisme, un horizon théorique*. Paris: Papyrus, 1980.

HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições – Épocas Medieval e Moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.

HINTZE, Otto. *Feodalité, capitalisme et état moderne*. Paris: Maison Sciences, 1991.

_____. *Historia de las formas políticas*. Madrid: Ediciones de Revista de Occidente, 1968.

LE GOFF, Jacques. As Mentalidades: uma história ambígua. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, pp. 68-83.

_____. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Un long Moyen Âge. In: Ibidem. *À la recherche du Moyen Âge*. Paris: Éditions Louis Audibert, 2003.

LOBRICHON, Guy. *La Bible au Moyen Âge*. Paris: Picard, 2003.

PASTOUREAU, Michel. *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*. Paris: Seuil, 2004.

PIRENNE, Henry. *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, s.d.

REVEL, Jacques. *L'homme des Annales?* In: REVEL, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *L'ogre historien: autour de Jacques Le Goff*. Paris: Gallimard, 1998, pp. 33-54.

RODNEY, Hilton; DOBB, Maurice et ali. *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. São Paulo: Paz e Terra, 5ª ed., 2004.

SCHMITT, Jean-Claude. L'invention de l'anniversaire. *Annales Histoire, Sciences Sociales*. Paris: EHESS, Année 62^e, n^o 4, pp. 793-835, juillet-août 2007.

_____. *La raison des gestes dans l'Occident médiéval*. Paris: Gallimard, 1990.

_____. Séminaire. In: REVEL, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *L'ogre historien: autour de Jacques Le Goff*. Paris: Gallimard, 1998, pp. 17-32.

SILVA, Marcelo Cândido. *A realeza cristã na Alta Idade Média*. Os fundamentos da autoridade política no período merovíngio (séculos V-VIII). São Paulo: Alameda, 2008.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.